

**Ata da 21ª Reunião Plenária do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequena Porte do Estado do Paraná – FOPEME**

Data: 26 de Junho de 2019

Horário: 14 horas

Local: Sala de Situação da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes – SEPL  
Endereço: Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, 4º Andar, Ala “B”, Palácio das Araucárias – Centro Cívico, Curitiba/PR.

Participantes: 61 participantes, entre integrantes do FOPEME e demais convidados, conforme lista de presença.

**Assuntos Tratados:**

**Abertura**

Guilherme, Diretor de Planejamento, deu as boas-vindas, destacando como os participantes dão importância ao Fórum pela frequência e presença nas reuniões.

Mario, destacou:

- Necessidade do preenchimento dos Planos de Ação
- Orientações sobre as atividades que iremos implementar
- Apresentou o Linha do Tempo do Fórum

Amberson, Coordenador de Políticas Públicas do Sebrae e Mario, Secretário Técnico do Fórum, apresentaram as ações realizadas no primeiro semestre e as ações propostas para o segundo semestre.

Amberson destacou:

- A Linha do Tempo, que está disseminado para todos, onde estão as grandes entregas feitas nestes 11 anos;
- Para melhorar o acompanhamento propomos que as ações tenham uma padronização, num modelo de Plano de Ação, com responsável e meta. Estas ações estarão num Painel de Gestão à Vista, publicado e divulgado no FOPEME, Trello, Whats e Comitês Territoriais, para termos uma linguagem efetiva. Será feito um banner e colocado aqui na Sala.
- Atualizar a relação de integrantes do Fopeme para facilitar a comunicação.
- Cada grupo temático deverá encaminhar as planilhas para alimentar o Painel de Gestão.
- Destacou que cada Comitê Temático tem um consultor do Sebrae para ajudar e acompanhar os Planos de Ação.

Mario destacou as ações em andamento neste primeiro semestre do Comitê Temático Racionalização Legal e Burocrática: a) Simplificar o processo de abertura, alteração e baixa de empresas nos órgãos licenciadores estaduais, adequando à Lei Complementar Federal 123/06 e Lei Complementar Estadual 163/13: Junta Comercial do Paraná, Vigilância Sanitária do Paraná,

Corpo de Bombeiros, Prefeituras, Instituto Ambiental do Paraná, Receita Estadual e Receita Federal, cuja ação a ser encaminhada: Mostrar aos órgãos envolvidos a importância da efetiva participação à Redesim. Atualmente alguns órgãos utilizam o sistema integrador Empresa Fácil apenas para abertura de empresas, ficando os demais casos, como alterações e baixas, fora do fluxo do sistema; b) Apoiar municípios para aprimorar os atendimentos realizados na Sala do Empreendedor, estabelecendo termos de parceria visando promover programas de capacitação, oferta de linhas de créditos estaduais, apoio ao associativismo, entre outros, cuja ação a ser encaminhada: Hoje o SEBRAE/PR tem apoiado nos atendimentos na Sala do Empreendedor. A Jucepar dá suporte aos municípios através de email e, através da Academia Empresa Fácil, promove capacitações sobre legislação e procedimentos de Junta. Através de solicitações pontuais, é feita a capacitação de reciclagem para funcionários que devem operar o sistema; e, c) Incluir no sistema integrador a renovação online das licenças prévias (Saúde, Meio Ambiente etc) via Empresa Fácil, cuja ação a ser encaminhada: Jucepar entrou em contato com o Sr. James, responsável pelo integrador estadual no Paraná, e o mesmo informou que é possível a contratação de módulos através de aditivos no contrato principal. Tais módulos são: regularização (para os casos de legado, antigo à Redesim) e renovação (para os casos já tramitados pelo sistema). Devem ser verificados as regras de negócios dos municípios, pois alguns utilizam o próprio Empresa Fácil para emissão dos documentos e outros pelo sistema de gestão do município, são ações que serão redirecionadas para tratamento no Subcomitê Estadual do CGSIM.

- Amberson comentou que:
  - estamos atualizando os integrantes do Subcomitê do CGSIM.
  - o sistema Empresa Fácil foi implantado em 212 Municípios em 2017 e 168 em 2018. Atualmente temos 380 Municípios integrados no sistema. 12 Municípios estão em fase de implantação e 7 Municípios em fase de negociação.
  - Sebrae estará recebendo nos próximos dias uma pesquisa com os 380 Municípios com o sistema Empresa Fácil implantado, respondendo as questões de como está a operação do sistema no Município e se está existindo a integração real, quais são as dificuldades, as facilidades, se está, ou não, sendo utilizado, quais os Órgãos que estão efetivamente atuando, se existe a integração real dos processos. O Sebrae tem trabalhado no processo de sensibilização e a Jucepar na sensibilização voltada ao sistema da Vox. Destacou que em alguns Municípios, as pessoas que foram capacitadas não estão mais nas Prefeituras, perdendo-se a cultura da simplificação de processos, por meio do sistema Empresa Fácil. Precisamos revitalizar esses Municípios, mapeando os processos e seus gargalos e realizando capacitações. Para isto será feito um Plano de Ação específico, começando pela revitalização do Subcomitê do CGSIM, que está parado desde meados de 2017.
  - Sebrae está disponibilizando um consultor dentro da Jucepar, para monitorar o tempo de abertura de empresa; tem alguns Municípios que estão demorando 15 dias e outros 15 minutos na pesquisa prévia de endereço. Alguns Municípios não têm pessoal suficiente para dar vazão às consultas.
- Armando Lira, suplente privado do CT Racionalização Legal e Burocrática, comentou que o trabalho das Salas do Empreendedor dos Municípios e a Academia Empresa Fácil da Jucepar, são fundamentais no processo de capacitação. Amberson destacou que o ente

Sala do Empreendedor funciona transversalmente em todos os temas da LC nº 123, por meio dos Comitês Gestores Municipais e dos Comitês Territoriais.

- Armando Lira, informou que a Junta Comercial está exigindo a Certificação Digital dos Sócios, antecipadamente, para as atividades envolvendo registro empresarial, devendo dificultar a aumentar o prazo de abertura das empresas.
- Lauro Wozniak, da Unitrans, comentou sobre a Lei 13726 e a necessidade das empresas de transporte de fazer registros complementares, demorando muito o processo de abertura.
- Mario solicitou, tanto a Armando, quanto a Lauro, que elaborem a proposta de demanda, via anexo II e enviem ao Fopeme para ser tratado no Comitê Temático.

Mario destacou as ações em andamento neste primeiro semestre do Comitê Temático Investimento, Financiamento e Crédito:

DEMANDA: Acompanhar o Regramento dos Fundos de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná – FAG/PR, Capital de Risco do Estado do Paraná – FCR/PR, e Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná – FIME/PR.

Andre Porto, Titular Governo do Comitê Temático comentou as ações:

- Para cada Fundo, há um regimento de Comitê e a nomeação dos seus membros, Regulamento ou Política, dependendo do Fundo, bem como a abertura do respectivo CNPJ, conta bancária no Banco do Brasil, realizado no primeiro semestre. Os recursos dos três Fundos já estão disponibilizados pela SEFA.
- Aguardando a aprovação pela presidência da Fomento.
- Sobre o FAG, com a descrição da política bastante trabalhosa; estão fazendo semelhante ao FGI do BNDES, pois tem muitas regras e muitos critérios (top loss, gestão de risco, convênios com as Instituições que vão liberar o crédito). Esta primeira versão do Regulamento do FAG está concluída. Após a aprovação da presidência da Fomento, o Comitê é chamado. Ainda falta a indicação do integrante da SEFA no Comitê (SEFA preside o Comitê).
- Até agosto o regramento estará concluído e poderá iniciar a operação dos Fundos.

DEMANDA: Ampliar a política de microcrédito da Fomento Paraná.

Andre Porto, comentou as ações:

- Atualmente são mais de R\$ 90 milhões em carteira, com recursos do BNDES e próprios da Fomento.
- Fomento focando na Rede, formada pelas Salas do Empreendedor das Prefeituras, Agências do Trabalhador, ou as Sedes das Prefeituras onde há agente de crédito, para que os agentes sejam mais produtivos, bem como de aumentar o número de agentes nos Municípios, para aumentar o volume de contratação do microcrédito.

O representante do BRDE explicou que existe uma previsão de trabalharem com o setor de microcrédito e que já existe uma Resolução aprovada há alguns anos e que não está efetivamente implementada. Ela prevê parceria com SGC's e ONG's, no sentido de dar esse apoio.